Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3778

DA DOUTRINAÇÃO FASCISTA AO ANTI- INTELECTUALISMO CONTEMPORÂNEO: O LEGADO DO CONTROLE EDUCACIONAL E A REJEIÇÃO À CIÊNCIA

FROM FASCIST INDOCTRINATION TO CONTEMPORARY ANTI-INTELLECTUALISM: THE LEGACY OF EDUCATIONAL CONTROL AND THE REJECTION OF SCIENCE

Leandro Gilson de Oliveira
Mestrando, PUC Minas / SEE - MG, Brasil
E-mail: leandro.gilson@educacacao.mg.gov.br

Recebido: 01/04/2025 – Aceito: 25/04/2025

Resumo

O anti-intelectualismo tem sido uma característica constante dos regimes autoritários, especialmente no contexto do fascismo histórico e nos tempos contemporâneos. Este artigo explora o papel do anti-intelectualismo nos regimes fascistas do século XX, destacando sua manifestação na Itália de Mussolini e na Alemanha nazista, com ênfase na manipulação do conhecimento, no controle da educação e na repressão a intelectuais. Também analisa a persistência dessa ideologia no contexto contemporâneo, observando como governos populistas e autoritários, como os de Donald Trump e Jair Bolsonaro, utilizam estratégias de deslegitimação da ciência e da produção acadêmica. Através da desinformação e do ataque às universidades, esses regimes enfraquecem o pensamento crítico e consolidam narrativas simplificadas que favorecem o autoritarismo. A análise sugere que a defesa da ciência e da educação é fundamental para a preservação da democracia e do conhecimento.

Palavras-chave: Anti-intelectualismo; Controle da Educação; Regimes Autoritários; Ciência.

Abstract

Anti-intellectualism has been a constant feature of authoritarian regimes, especially in the context of historical fascism and in contemporary times. This paper explores the role of anti-intellectualism in the fascist regimes of the 20th century, highlighting its manifestation in Mussolini's Italy and Nazi Germany, focusing on the manipulation of knowledge, control over education, and repression of intellectuals. It also examines the persistence of this ideology in the contemporary context, observing how populist and authoritarian governments, such as those of Donald Trump and Jair Bolsonaro, use strategies to delegitimize science and academic production. Through disinformation and attacks on universities, these regimes weaken critical thinking and consolidate simplified narratives that favor authoritarianism. The analysis suggests that defending science and education is essential for the preservation of democracy and knowledge.

Keywords: *Anti-intellectualism, Fascism, Education Control, Disinformation, Authoritarian Regimes, Science.*

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3778

1. Introdução

O fascismo, enquanto manifestação política e ideológica, distingue-se pela exaltação do nacionalismo, pela instrumentalização da mobilização popular e pelo uso sistemático da violência como mecanismo de controle social, entre seus traços mais marcantes, destaca-se o anti-intelectualismo — uma atitude de rejeição ao pensamento crítico e de hostilidade aberta aos intelectuais que desafiam o discurso dominante. Esta postura não apenas empobrece o debate público, mas também pavimenta o caminho para a imposição de narrativas autoritárias, reforçando o controle estatal sobre a vida social e cultural.

A produção acadêmica dedicada ao tema revela que o fascismo se sustenta na negação da racionalidade e da complexidade, substituindo-as por visões simplificadas da realidade. Nessa lógica, valores como obediência incondicional e culto à tradição se impõem sobre a análise crítica e o saber científico (PAXTON, 2004; ECO, 1995). Exemplos históricos emblemáticos, como os regimes de Benito Mussolini, na Itália, e Adolf Hitler, na Alemanha, evidenciam essa dinâmica: ambos promoveram perseguições sistemáticas a professores, cientistas e pensadores de uma época, desmontando sistemas educacionais autônomos e substituindo-os por instrumentos de propaganda estatal e anti- democrático. A manipulação da história e do conhecimento serviu, nesses contextos, à legitimação do poder e à perpetuação de mitos fundadores do regime (ARENDT, 2006).

Na contemporaneidade, é possível identificar resquícios e reconfigurações desse anti-intelectualismo em narrativas populistas de extrema direita em várias partes do mundo. Tais discursos frequentemente deslegitimam o trabalho de cientistas, universidades e veículos de imprensa, acusando-os de integrar uma elite corrupta que conspiraria contra os interesses do "povo verdadeiro" (STANLEY, 2020). Essa retórica, além de comprometer o papel das instituições democráticas, alimenta um clima de desconfiança generalizada que favorece projetos autoritários de ordem anti-democráticos.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3778

Diante desse cenário, torna-se essencial aprofundar a compreensão das interseções entre fascismo e anti-intelectualismo, tanto no plano histórico quanto no atual momento. Este artigo propõe-se a investigar essa relação por meio de uma revisão bibliográfica fundamentada em autores consagrados, como Robert O. Paxton, Hannah Arendt, Umberto Eco e Jason Stanley. Ao final, pretende-se evidenciar como a negação do pensamento crítico se configura como elemento central dos regimes autoritários, funcionando como estratégia eficaz de consolidação do poder e de corrosão das bases democráticas.

2. Revisão da Literatura

A relação entre regimes autoritários e o anti-intelectualismo tem sido amplamente discutida por diversos pensadores, sobretudo em relação ao papel do conhecimento, da educação e da ciência como alvos privilegiados de repressão e manipulação política. Entendido como a rejeição sistemática da racionalidade, da ciência e do pensamento crítico, o anti-intelectualismo constitui um dos alicerces fundamentais das práticas autoritárias, tanto no contexto do fascismo histórico quanto nas manifestações contemporâneas da extrema direita.

Em *A Anatomia do Fascismo*, Robert O. Paxton (2004) sustenta que o fascismo não se apresenta como uma doutrina ideológica rigidamente formulada, mas como um conjunto de práticas orientadas pela primazia da ação sobre a reflexão, e da obediência sobre o questionamento. Essa aversão ao pensamento crítico cria as condições ideais para a proliferação do anti-intelectualismo, que se concretiza na perseguição a intelectuais, no cerceamento da produção de conhecimento e na instrumentalização da educação para fins ideológicos. Paxton enfatiza que o pensamento reflexivo é percebido como uma ameaça direta à ordem vigente, sendo por isso sistematicamente silenciado.

Hannah Arendt (2006), em sua obra seminal *Origens do Totalitarismo*, argumenta que os regimes totalitários modernos se definem pela tentativa de reconfigurar a realidade por meio da manipulação da linguagem, da memória histórica e da ciência. O controle do discurso e da memória coletiva emerge como

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3778

condição indispensável para a manutenção do poder, implicando a marginalização dos intelectuais e a imposição de uma verdade oficial. Para Arendt, a aniquilação da pluralidade e da liberdade de pensamento é constitutiva dessas formas de dominação política.

Umberto Eco (1995), ao conceituar o “fascismo eterno”, identifica a rejeição ao pensamento complexo como uma de suas marcas essenciais. O fascismo, segundo o autor, recorre a dogmas e slogans simplificadores que se contrapõem à cultura intelectual, cuja natureza crítica e indagadora representa um obstáculo à lógica da autoridade absoluta e da mobilização emocional das massas. Assim, a hostilidade à ciência, às universidades e às expressões artísticas de cunho crítico não é acidental, mas parte intrínseca de um projeto de dominação cultural.

Essa perspectiva é corroborada pelas análises de Christopher Browning (2017) e George Mosse (2005), que examinam as políticas educacionais e culturais utilizadas pelo regime nazista. Ambos demonstram como a queima de livros, a censura à produção científica e a promoção de pseudociências, como a eugenia, foram estratégias deliberadas de controle ideológico. A educação, nesse contexto, foi transformada em veículo de doutrinação, voltada ao culto ao líder e à supremacia racial, desestimulando qualquer forma de pensamento autônomo.

No cenário contemporâneo, autores como Jason Stanley (2020) evidenciam a persistência do anti-intelectualismo em regimes tidos como “liberais” e autoritários, com destaque para os governos de Donald Trump e Jair Bolsonaro. Em *How Fascism Works*, Stanley aponta que a deslegitimação de universidades, cientistas e da imprensa, integra uma estratégia política voltada à consolidação do autoritarismo. A disseminação da desinformação e os ataques sistemáticos às instituições de ensino e pesquisa minam o pensamento crítico e abrem espaço para a imposição de narrativas ideológicas hegemônicas.

Nesse mesmo horizonte, Pierre-André Taguieff (2007) e Michael Apple (2000) analisam os modos como a educação vem sendo alvo de ofensivas ideológicas por parte de setores conservadores e extremistas. A retórica anti-intelectualista, muitas vezes disfarçada sob o discurso de combate à “doutrinação

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3778

ideológica", revela, na prática, a tentativa de reconfigurar os currículos escolares à luz de valores autoritários, nacionalistas e religiosos.

A literatura recente também enfatiza a íntima conexão entre o anti-intelectualismo e o negacionismo científico, especialmente em temas como as mudanças climáticas, a vacinação, a pandemia de COVID-19 e as políticas públicas educacionais (Lewandowsky et al., 2021). Tal postura compromete não apenas o progresso científico, mas também a capacidade das democracias de enfrentarem crises complexas de maneira racional, baseada em evidências.

Em suma, a produção acadêmica contemporânea aponta com clareza que o anti-intelectualismo constitui um elemento recorrente e estrutural nos regimes autoritários. Onde o controle da educação e da ciência é utilizado como instrumento estratégico para a consolidação do poder e a supressão da dissidência. Do fascismo do século XX às expressões autoritárias do presente, a recusa ao pensamento crítico permanece como um grave desafio às liberdades democráticas.

3. Metodologia

Este artigo adota como principal estratégia metodológica a pesquisa bibliográfica, conduzida sob uma abordagem qualitativa, com o intuito de examinar criticamente a relação entre fascismo e anti-intelectualismo. A escolha por esse método justifica-se pela relevância da análise de obras e estudos consolidados na literatura científica, os quais possibilitam uma compreensão aprofundada de fenômenos históricos e políticos complexos, ao oferecerem diferentes perspectivas conceituais, interpretações e debates já consolidados no campo das Ciências Sociais (Gil, 2008).

A investigação fundamenta-se em uma seleção criteriosa de obras clássicas e contemporâneas que abordam o tema em distintas temporalidades e contextos. Entre os autores centrais do corpus teórico, destacam-se Robert O. Paxton (*A Anatomia do Fascismo*, 2004), Hannah Arendt (*Origens do Totalitarismo*, 2006), Umberto Eco (*O Fascismo Eterno*, 1995) e Jason Stanley (*How Fascism Works*, 2020). Complementarmente, a pesquisa incorpora artigos científicos, relatórios

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3778

institucionais e outras publicações acadêmicas que analisam as manifestações do anti-intelectualismo tanto em regimes autoritários do século XX quanto em democracias contemporâneas sob influência de discursos extremistas.

A análise do material bibliográfico organiza-se em torno de três eixos temáticos inter-relacionados:

1. O anti-intelectualismo no fascismo histórico – Aborda os mecanismos utilizados por regimes fascistas do século XX, como a perseguição a intelectuais e o aparelhamento dos sistemas educacionais, com vistas à consolidação do poder autoritário.

2. Manipulação do conhecimento e controle da educação – Explora o uso de censura, propaganda e pseudociência como instrumentos de dominação ideológica, voltados à substituição do pensamento crítico por verdades oficiais construídas e difundidas pelo Estado.

3. O anti-intelectualismo no contexto contemporâneo – Analisa como essa postura ressurge em democracias atuais, especialmente em discursos e práticas de movimentos de extrema direita que deslegitimam instituições científicas e educacionais.

A interpretação dos dados segue os princípios da análise de discurso e da hermenêutica crítica, permitindo a identificação de padrões, continuidades e ressignificações entre o fascismo histórico e as práticas anti-intelectuais observadas na contemporaneidade (Bardin, 2011). Tal abordagem possibilita evidenciar como o desprezo pelo pensamento crítico permanece operando como um vetor estratégico de dominação política, adaptando-se às especificidades de cada contexto.

4. Resultados e Discussão

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3778

O fascismo, enquanto movimento político e ideológico, sempre demonstrou uma profunda aversão ao pensamento crítico e à produção intelectual autônoma, para Robert O. Paxton (2004), o fascismo não se apoia em uma doutrina teórica bem definida, mas em práticas políticas que privilegiam a ação impulsiva em detrimento da reflexão racional. E nesse cenário, intelectuais, acadêmicos e jornalistas que ousavam questionar as diretrizes do regime tornavam-se alvos de perseguição, exílio forçado ou mesmo execução.

Na Itália de Benito Mussolini, o aparato estatal foi mobilizado para controlar rigidamente a produção cultural e científica. Obras consideradas subversivas foram censuradas, e uma narrativa nacionalista foi imposta como expressão legítima da cultura italiana. A prisão de Antonio Gramsci (Antonio Sebastiano Francesco Gramsci, nasceu na Sardenha, mas descendente por linha paterna de calabreses da comunidade Arbëreshë de Plataci, ou seja, de longínqua origem albanesa. Escreveu sobre teoria política, sociologia, antropologia, história e linguística. Foi membro-fundador e secretário-geral do Partido Comunista da Itália, e deputado pelo distrito do Vêneto, reconhecido, principalmente, pela sua teoria da hegemonia cultural que descreve como o Estado usa, nas sociedades ocidentais, as instituições culturais para conservar o poder.), sob a justificativa de que suas ideias representavam uma ameaça ao Estado, tornou-se símbolo da repressão intelectual promovida pelo regime (ARENDT, 2006).

Na Alemanha nazista, essa hostilidade ao saber alcançou proporções extremas. A queima pública de livros em 1933, promovida pela Juventude Hitlerista, foi um dos episódios mais emblemáticos dessa política de silenciamento. Obras de autores como Freud, Marx, Einstein e Brecht foram incineradas como parte de uma campanha sistemática de imposição de um pensamento único, sustentado por pseudociências como a eugenia (MOSSE, 2005).

Umberto Eco (1995), ao conceituar o “fascismo eterno”, descreve esse sistema como avesso à complexidade e adepto de soluções simplificadoras, baseadas em slogans carregados de apelo emocional. O anti-intelectualismo, nesse contexto, não era um subproduto acidental, mas um componente deliberado

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3778

da engrenagem autoritária, essencial para eliminar o dissenso e consolidar a hegemonia do regime.

Esse desprezo pelo pensamento crítico foi especialmente evidente na instrumentalização da educação. Em ambos os regimes – fascista italiano e nazista alemão – a escola foi convertida em espaço de doutrinação ideológica. Na Alemanha, disciplinas como biologia e história foram distorcidas para sustentar a ideia da superioridade racial ariana, enquanto professores judeus e opositores eram sistematicamente removidos do magistério (MOSSE, 2005).

Já na Itália, a educação foi militarizada e orientada para a exaltação do nacionalismo e da figura do Duce, moldando uma juventude disciplinada, patriótica e submissa (PAXTON, 2004).

A pseudociência desempenhou papel central nessa arquitetura de controle. A eugenia, por exemplo, foi elevada à condição de saber oficial no Terceiro Reich, sendo utilizada para legitimar políticas de extermínio e segregação racial. O conhecimento científico que não servia aos interesses do regime era desprezado ou suprimido, enquanto linhas de pesquisa alinhadas à ideologia oficial recebiam apoio institucional (GELLATELY, 2007).

Dessa forma, a destruição da autonomia intelectual e a manipulação da ciência funcionaram como estratégias de domesticação social.

Esse padrão de dominação, embora inserido historicamente no século XX, continua a ecoar em contextos políticos contemporâneos. Jason Stanley (2020) evidencia como o anti-intelectualismo reaparece em regimes populistas autoritários, que buscam desacreditar universidades, deslegitimar a ciência e atacar a imprensa como parte de uma estratégia para enfraquecer o pensamento crítico e consolidar o poder.

Nos Estados Unidos, durante o governo de Donald Trump, observou-se uma retórica abertamente anti-intelectual, marcada pela rejeição de evidências científicas sobre mudanças climáticas e pela difusão de teorias conspiratórias (LEVITIN, 2021).

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3778

No Brasil, o governo de Jair Bolsonaro seguiu trajetória semelhante, promovendo cortes orçamentários em universidades, desqualificando professores e minimizando o papel da ciência, especialmente durante a pandemia de COVID-19 (MIGUEL, 2020). Tais práticas revelam como a desinformação e o ataque às instituições de conhecimento continuam sendo mecanismos eficazes de manutenção do poder em regimes de orientação autoritária.

Além disso, o crescimento de movimentos negacionistas em diversas partes do mundo – com a rejeição de vacinas, a negação de eventos históricos amplamente documentados e a disseminação sistemática de fake news – demonstra a persistência de uma cultura política que marginaliza o saber em favor de narrativas simplificadas e emocionalmente mobilizadoras.

Paxton (2004) adverte que o fascismo contemporâneo não precisa reproduzir as mesmas formas institucionais do passado para representar uma ameaça real, com a erosão gradual do pensamento crítico, o silenciamento de intelectuais e a instrumentalização das redes sociais como canais de propaganda e desinformação são indícios claros de que formas renovadas de autoritarismo continuam a operar de maneira eficaz, adaptadas às condições das tecnologias de comunicação disponíveis do século XXI, com maior rapidez e abrangência.

5. Conclusão

Embora o anti-intelectualismo tenha sido historicamente associado aos regimes fascistas do século XX, sua presença no cenário contemporâneo é notável, ainda que reconfigurada sob novas formas e estratégias. Governos autoritários e movimentos políticos têm recorrido sistematicamente à deslegitimação da ciência, ao ataque às universidades e à disseminação de desinformação como instrumentos para enfraquecer o pensamento crítico e consolidar discursos políticos simplificados e polarizadores.

A ascensão da extrema direita em diferentes partes do mundo tem sido acompanhada por uma retórica que rejeita o saber especializado, exaltando uma

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3778

suposta “sabedoria popular” em detrimento do conhecimento acadêmico (STANLEY, 2020).

Nos regimes “liberais” contemporâneos, o desprezo pelo conhecimento científico tornou-se uma característica recorrente. Nos Estados Unidos por exemplo, o governo de Donald Trump desconsiderou reiteradamente evidências científicas, especialmente nas áreas de mudanças climáticas e da saúde pública.

Durante a pandemia de COVID-19, essa postura foi intensificada, com a recusa em adotar medidas sanitárias baseadas em dados científicos e a promoção de discursos negacionistas que minimizaram os impactos da crise (LEVITIN, 2021).

No Brasil, o governo de Jair Bolsonaro adotou uma política similar, marcada por ataques à comunidade científica e às universidades públicas. A condução da pandemia revelou uma postura abertamente negacionista, evidenciada na defesa de tratamentos ineficazes, na resistência à compra de vacinas e na ampla difusão de informações falsas sobre a COVID-19 (MIGUEL, 2020).

Paralelamente, ocorreram cortes orçamentários sucessivos e a desqualificação da produção científica contribuíram para instaurar um ambiente de desprestígio à pesquisa e ao saber especializado (CARVALHO, 2021).

A tentativa de fragilizar as universidades públicas como espaços de produção de conhecimento crítico tornou-se uma estratégia recorrente em governos de orientação autoritária. No Brasil, acusações de “doutrinação ideológica” foram utilizadas como justificativa para cortes de verbas e para ataques às ciências humanas (MIGUEL, 2020).

Na Hungria, o governo de Viktor Orbán impôs restrições severas à atuação de instituições acadêmicas independentes, levando, inclusive, à expulsão da Universidade da Europa Central. Na Índia, o governo de Narendra Modi promoveu alterações curriculares com forte viés nacionalista, buscando limitar o espaço para abordagens críticas no ensino superior (STANLEY, 2020).

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3778

A hostilidade contra professores e pesquisadores tem se intensificado por meio do assédio, muitas vezes amplificado pelas redes sociais. E essa violência simbólica e, por vezes, física, busca intimidar e silenciar vozes dissonantes, dificultando a divulgação de informações baseadas em evidências e alimentando a cultura da desinformação (Levitin, 2021).

A internet e as plataformas digitais, embora potencialmente democráticas, têm desempenhado papel ambíguo nesse processo. Ao mesmo tempo que ampliam o acesso à informação, facilitam a circulação de teorias conspiratórias e de conteúdos falsos, enfraquecendo a confiança nas instituições científicas e acadêmicas. Alguns movimentos como o terraplanismo, o negacionismo climático e o antivacinismo ilustram como o anti-intelectualismo atual se nutre da desinformação e encontra terreno fértil nas redes sociais (Carvalho, 2021).

Essas estratégias não decorrem unicamente da ignorância, mas de uma lógica deliberada de manutenção do poder, onde cada passo é pensada por intelectuais que buscam através das “massas de manobras”- grupo de pessoas que são manipuladas ou utilizadas para atingir determinado objetivo político – sua permanência ou chegada ao poder.

O ataque ao conhecimento permite que líderes populistas imponham versões maniqueístas da realidade, onde soluções simplistas são apresentadas como respostas para problemas complexos. Tal simplificação impede o debate crítico e contribui para a consolidação de formas sutis, mas eficazes, de autoritarismo (STANLEY, 2020).

A rejeição ao saber científico e ao pensamento racional reduz substancialmente a capacidade da sociedade de fiscalizar e questionar decisões governamentais. Quando intelectuais são deslegitimados, o Estado passa a impor sua própria narrativa sem resistência significativa, desestabilizando os pilares do pluralismo e da democracia (ARENDT, 2006).

O fortalecimento do anti-intelectualismo, nesse contexto, representa uma ameaça direta ao desenvolvimento científico e à própria democracia. A supressão

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3778

do pensamento crítico compromete não apenas a elaboração de políticas públicas eficazes, mas também a capacidade coletiva de responder aos desafios sociais, ambientais e sanitários com base em evidências e racionalidade.

Diante desse cenário, a valorização da ciência, da educação e da produção acadêmica se impõe como tarefa urgente e indispensável. O fortalecimento das universidades, a promoção da alfabetização científica e a defesa intransigente da liberdade de cátedra constituem estratégias fundamentais para conter o avanço do anti-intelectualismo e garantir o desenvolvimento democrático, social e tecnológico das nações.

Referências

ARENDT, Hannah. **Os origens do totalitarismo**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

GELLATELY, Robert. ***Backdoor to fascism: the rise of extremism in contemporary politics***. Oxford: Oxford University Press, 2007.

LEVITIN, Daniel J. **Os perigos da desinformação: como as *fake news* e a pós-verdade estão moldando a política**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2021.

MOSSE, George L**. Fascismo: uma história**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

PAXTON, Robert O. (Robert Owen), 1932; **A anatomia do fascismo**. / Robert O. Paxton; tradução de Patrícia Zimbres e Paula Zimbres, São Paulo: Paz e Terra, 2007.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3778

STANLEY, Jason. **Como a democracia morre: o que aconteceu com o Brasil e outros países**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2020.

UMBERTO, Eco. **O fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3778

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3778

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3778